Valor Econômico | 10/09/18 | BRASIL

'Minha Casa' tem menor verba desde 2009

Por Edna Simão | De Brasília

Com a forte restrição fiscal, os recursos públicos destinados ao atendimento de famílias de baixa renda do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) estão minguando. Encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional no fim de agosto, a proposta de Orçamento para 2019 prevê a destinação de R$ 4,6 bilhões para o principal programa habitacional do país, o menor patamar já proposto desde 2009, quando o MCMV foi lançado.

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, disse ao Valor que vai atuar com os parlamentares para elevar os recursos para o programa no ano que vem, assim como fez em 2017. "Irei fazer da mesma forma, lutar arduamente junto aos deputados e senadores para que possamos ampliar o orçamento de 2019, para que no mínimo esteja no mesmo patamar do de 2018", afirmou. Para este ano, a PLOA do governo previa uma verba de R$ 5,272 bilhões, segundo levantamento feito pela consultoria do orçamento da Câmara.

Ao apresentar a proposta de Orçamento de 2019, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que o orçamento para o MCMV no ano que vem "é um volume suficiente" para cumprir o que presidente Michel Temer anunciou. "Não há preocupação em relação a isso e também acreditamos que o programa MCMV receberá emendas", afirmou na ocasião. No Ministério das Cidades, o orçamento de 2019 caiu para R$ 7,319 bilhões ante R$ 9,823 bilhões em 2018. A expectativa é que seja reforçado com emendas.

Na avaliação de técnicos do governo, o orçamento para 2019 pode impedir a contratação de novas unidades. Isso porque é preciso reservar recursos para a retomada e a finalização de obras em andamento. Neste ano, segundo Baldy, a restrição orçamentária não prejudicou a execução do programa. Ele ressaltou que, no início do governo Temer, 181 mil unidades habitacionais estavam com obras paralisadas e hoje são 28,5 mil. "Desejamos retomar todas até fim deste ano", contou o ministro.

O orçamento do MCMV acaba sendo alvo fácil de cortes pois está enquadrado como uma despesas discricionária, ou seja, que o governo tem liberdade de mexer. Com o comprometimento cada vez maior das receitas para pagamento de despesas obrigatórias, a equipe econômica só tem margem para cortar nas discricionárias. No acumulado em 12 meses até julho, as despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões e salários, consumiram 96% da receita líquida, segundo dados do Tesouro Nacional.

Os recursos reservados no orçamento para o MCMV têm como objetivo atender as famílias da chamada faixa 1 do programa, ou seja, aqueles que têm uma renda mensal de até de R$ 1,8 mil. Nesta modalidade, o subsídio do governo é praticamente integral. O programa MCMV beneficia famílias com renda de até R$ 9 mil, porém, quanto maior a renda, menores são os incentivos em relação às linhas de financiamento oferecidas pelo mercado.

O Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi utilizado como vitrine eleitoral dos governos petistas. Sem recursos, a chamada faixa 1 do programa está praticamente parada pois depende de valores orçamentários. As outras faixas de renda (1,5, 2 e 3) continuaram andando pois funcionam como financiamento.

Em 2013, foram contratadas 537.185 unidades no faixa 1; total que passou para 200.289 em 2014; 16.890 em 2015 e 36.858 em 2016; 22.222 em 2017; e 59.562 em 2018, segundo números repassados ao Valor via Lei de Acesso à Informação. Essa era a posição das contratações referente a 31 de maio. No que diz respeito à entrega para o faixa 1, em 2013, foram 162.920 moradias; passando para 217.076 em 2014; 202.330 em 2015; 258.182 em 2016; 108.605 em 2017; e 90.311 em 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO | 10/09/18 | PODER

Marina aumentou gasto de pessoal e quadro de servidores do Meio Ambiente

Número de funcionários cresceu 15% e custo subiu 27% quando ela esteve à frente da pasta

Joelmir Tavares

Marina Silva (Rede Sustentabilidade) aumentou em 15% o número de servidores do Ministério do Meio Ambiente e em 27% o gasto com pessoal no período em que chefiou a pasta, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre 2003 e 2008.

Hoje candidata a presidente pela terceira vez, Marina se cercou de economistas liberais, que defendem a redução do tamanho Estado.

A campanha diz que o aumento no tamanho da pasta foi necessário à época e é condizente com o discurso dela de que o Estado não deve ser nem mínimo nem máximo, mas eficiente.

Marina, então no PT, chegou à pasta em janeiro de 2003, com a posse de Lula, e encontrou uma equipe de 6.622 pessoas.

Quando saiu, o Meio Ambiente tinha 7.614 funcionários — quase mil a mais. Hoje, a pasta tem 8.272 funcionários.

Os números são do Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento e se referem a funcionários ativos, inclusive temporários.

Os gastos anuais com pessoal saltaram de R$ 434,1 milhões em 2003 para R$ 786,6 milhões em 2008, em valores nominais. Descontada a inflação deste intervalo, o aumento real foi de 27%.

O pico da quantidade de servidores no período de cinco anos de Marina à frente do ministério ocorreu em novembro de 2007. Naquele mês, a folha de pagamento reuniu 8.627 nomes (30% a mais do que quando ela chegou à cadeira).

O número foi registrado após a criação, via medida provisória, do ICMBio, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável por adicionariS7 cargos comissionados e funções gratificadas à estrutura da pasta.

Controversa, a criação do órgão provocou uma greve de servidores, que temiam a fragilização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis),.

A abertura dos cargos em comissão não necessariamente exigiu contratação, já que os postos podiam ser assumidos por funcionários já empregados, mas teve impacto nos salários.

O ICMBio foi concebido para administrar 288 unidades de conservação (UCs), algumas com proteção integral e outras com licença para exploração sustentável dos recursos. Hoje, há no país 335 UCs.

A então ministra assinou ainda alei que criou o Serviço Florestal Brasileiro, em março de 2006, com 49 cargos de direção e assessoramento.

Em sua terceira campanha presidencial, Marina se mostra favorável ao controle dos gastos públicos na busca de equilíbrio fiscal e prega a redução no número de ministérios.

Ela costuma dizer que a redução na Esplanada deve servir para tornar o Estado eficiente e que o enxugamento não pode prejudicar os serviços oferecidos pelo governo.

“Hoje temos um Estado perdulário, que não entrega serviços, não faz avaliação de

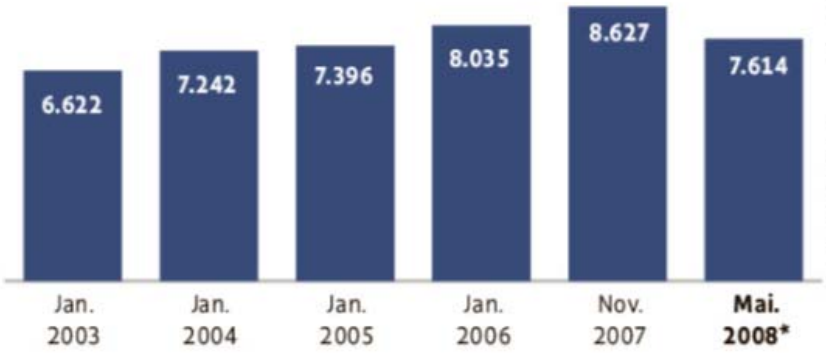
desempenho, que não avalia seus próprios projetos", afirmou a candidata à Folha em abril.

A atuação dela no ministério é uma das vitrines da campanha eleitoral.

O discurso da campanha eleitoral é de que, diferentemente de outros concorrentes à Presidência, a ex-senadora tem experiência administrativa, apresenta resultados, possui capacidade de liderança e demonstra habilidade para negociar.

Marina Silva como ministra

Ministério do Meio Ambiente teve crescimento de 15% no **número de servidores** na gestão Marina Silva



27%
foi o crescimento nos gastos anuais com pessoal na gestão Marina

*Mês em que Marina deixou a pasta *Em valores atualizados pela inflação de julho de 2018
Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal, do Ministério do Planejamento

FOLHA DE SÃO PAULO | 10/09/18 | PODER

Campanha diz que ex-ministra deu exemplo de gestão eficiente

OUTRO LADO

A campanha de Marina defendeu, em nota, a expansão no número de servidores do ministério.

"O novo arranjo institucional e mudanças de gestão foram mais importantes do que necessariamente a criação de cargos", afirma o comunicado.

A assessoria diz que a pasta, criada em 1992, nunca havia feito concurso público.

"Seus servidores, até a gestão de Marina Silva, eram emprestados de outros órgãos ou contratados através de convênio com instituições internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)."

A equipe diz que o Ibama teve em 2002 seu primeiro concurso desde a fundação, em 1989, com servidores sendo incorporados de fato em2003.

"Boa parte das contratações foi para repor aposentadorias e substituir técnicos contratados via Pnud", segue anota.

Uma das justificativas para efetivar os quadros é que a alta rotatividade de temporários impedia o ministério de acumular conhecimento e estabelecer padrões para a concessão de licenças ambientais.

Coordenador do programa de governo e ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente na gestão de Marina, João Paulo Capobianco diz que a candidatura prega ajustes da máquina, mas não necessariamente diminuição do Estado. "É um ajuste. Existem áreas onde há excesso de pessoas, pessoas sobrepostas ou sem função. Defendemos o Estado necessário."

Segundo o ambientalista, Marina "não tem nada contra concurso público ou o aumento de funcionários em áreas nas quais é necessário avançar em políticas públicas".

O ESTADO DE S. PAULO | 10/09/18 | ECONOMIA

Trapalhadas com as contas públicas

Claudio Adilson Gonçalez

Ciro Gomes continua afirmando que o maior problema da despesa pública é a financeira, uma vez que corresponde a aproximadamente 50% do total de gastos da União. Trata-se de uma leitura equivocada de um dos muitos quadros que acompanham o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa). O pior é que essa tolice vem sendo repetida por jornalistas, vários políticos e se espalhou pelas redes sociais. Virou verdade. E não é inócua.

Confunde, tira o foco dos verdadeiros problemas e causa calafrios nos credores do governo, a saber, grande parte da população que detém, direta ou indiretamente, títulos públicos, e não só no "baronato". Dado que se baseia em documento oficial, por que tal conclusão seria tola? Porque é preciso saber ler corretamente as informações e não as tomar a valor de face. Pelos números citados, deve ter sido utilizada a execução orçamentária de 2016. Para facilitar as comparações, farei o mesmo, embora os dados de 2017 já estejam disponíveis.

Estes favoreceriam ainda mais os argumentos do candidato, se sua análise fizesse sentido. Na linguagem do orçamento público, toda entrada de caixa é tratada como receita e toda saída, como despesa. Esse conceito não é útil para analisar a situação econômico-financeira de qualquer instituição, tampouco do governo. Por exemplo, o pagamento do principal de uma dívida (amortização) não é uma despesa, mas sim uma mutação patrimonial. Perde- se disponibilidade de caixa, mas reduz-se um passivo (dívida), no mesmo montante.

No caso do setor público, não é possível, nem seria recomendável, quitar de vez toda a dívida vincenda em um exercício. Se para fazer isso o governo utilizasse parte de suas disponibilidades na conta única que mantém no Banco Central, geraria excesso da oferta de reais na economia e a autoridade monetária teria de regular a liquidez mediante venda de títulos em operações compromissadas. O resultado seria apenas o encurtamento do prazo da dívida pública.

Ou seja, a dívida vincenda deve ser rolada. E o valor desse refinanciamento aparece no mesmo quadro orçamentário, dentro de "receitas financeiras", mas foi sumariamente ignorado pelo candidato. Por certo, dada a grave situação atual das contas públicas, o principal objetivo é estabilizar, e posteriormente reduzir, a relação dívida/PIB. Mas isso depende do superávit primário, do juro real e da taxa de crescimento da economia. Tampouco o juro nominal é importante, pois este só atualiza, pela inflação, o saldo da dívida, como o faz com o valor nominal do PIB.

Portanto, somar amortização do principal, juros nominais e reais e despesas não financeiras num só bolo, e sair tirando participações porcentuais de cada item na tal "despesa total", é uma atrocidade analítica. Vamos a alguns números relativos a 2016. A despesa primária da União foi de R$ 1,23 trilhão. Desse total, os benefícios pagos apenas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) corresponderam a R$ 510 bilhões, ou 41,5% do total.

Se ampliarmos essa classificação para o que chamo de benefícios de natureza previdenciária, incluindo inativos da União, o abono e o segurodesemprego e o benefício de prestação continuada, chegaremos a R$ 725 bilhões, nada menos que 59% da despesa primária total. Pessoal, sem inativos, absorveu R$ 148 bilhões, 12% do gasto primário.

Se adotarmos o conceito de embolar despesas primárias, amortização do principal e juros nominais e reais, a despesa total praticamente dobra e as participações das rubricas citadas desmoronam, a saber: RGPS, 20,9%; benefícios de natureza previdenciária, 29,7%; e pessoal (sem inativos), 6,1%. Com esses números, as reformas fiscais, principalmente da Previdência, perdem importância. É um terrível erro de diagnóstico que, se levado a sério, poderia custar caro ao País.

ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA